Cidade da Paraíba decreta calamidade pública

Há temor de que o mar avance e atinja o rio Sinimbu

O avanço acelerado do mar sobre o litoral de Baía da Traição, município no litoral norte da Paraíba, fez com que a cidade, com 9.000 habitantes, decretasse estado de calamidade pública. Localizada a 92 km da capital João Pessoa, a cidade sofre com a erosão costeira que vem comprometendo a vida dos moradores, especialmente das comunidades da praia do Forte e de outras áreas próximas. Com o aumento da maré, cerca de 20 residências foram danificadas ou destruídas pelo avanço do mar, e muitas famílias precisaram abandonar suas casas. De acordo com a Defesa Civil Municipal, a água avançou cerca de seis metros em apenas um ano, um dado alarmante que evidencia a gravidade da situação. Em outubro, um trecho da pavimentação que dá acesso à Aldeia do Forte desmoronou, após a maré subir quase três metros, evidenciando a destruição causada pelo fenômeno. A situação crítica motivou o pedido de calamidade pública, que foi aprovado pela Assembleia Legislativa da Paraíba (Alep) e entrou em vigor no dia 7 de novembro. Com o reconhecimento da calamidade, a administração municipal tem a possibilidade de solicitar

verbas do estado e da União



Os termos foram definidos de acordo com o Preamar-PB

para implementar ações emergenciais de mitigação. Entre as ações planejadas estão o alargamento da faixa de areia da praia e a construção de estruturas de concreto em formato de semicírculo, que visam conter as ondas e impedir o desmoronamento das áreas mais afetadas.

O principal temor das autoridades locais é que o avanço do mar atinja o rio Sinimbu, que fica a cerca de

30 metros da faixa de areia. A preocupação é que, com a erosão, o abastecimento de água potável na região seja comprometido, afetando não apenas os moradores da cidade, mas também os de comunidades vizinhas. Baía da Traição é um município com uma significativa população indígena, estimada em cerca de 6.000 pessoas da etnia potiguara. Esse fator torna a crise ainda mais grave, pois muitas dessas comunidades vivem em áreas diretamente afetadas pela erosão. O problema da erosão costeira não é novo para o município.

Em 2010, a maré alta avançou sobre bairros costeiros, destruindo mais de 60 casas e deixando um rastro de danos. Além de Baía da Traição, a erosão também impacta outras cidades do litoral paraibano, incluindo a capital João Pessoa.

CORREIO OPINIÃO

20 de novembro (Dia da Consciência Negra)

Por Odair Marques da Silva*

O dia 20 de novembro de 2024 se estabelece como o primeiro a celebrar, em todo território nacional, a Lei que consagra o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra enquanto feriado. Apesar da novidade positiva, devemos questionar a demora de uma iniciativa como essa, visto que estados como Rio de Janeiro e o Mato Grosso possuem leis semelhantes desde 2002.

Nos aspectos educacionais, os esforços pedagógicos em ações afirmativas encontram base nas Leis 10.639/03 e 11.645/08, cujos teores tornam obrigatórios o estudo da história e cultura indígena, afro-brasileira e do continente africano, em todas as modalidades das redes de ensino. Entretanto, quase 20 anos depois, mais de 70% dos municípios ainda não cumprem estes requisitos, de acordo com o Instituto Alana e Geledés Instituto da Mulher Negra.

Os dados mostram que, mesmo diante de um discurso reparador, ainda há um grande caminho a ser percorrido tanto nas esferas públicas quanto privada. Não há, por exemplo, como abordar a história brasileira sem passar pela África. So-

mos um povo que tem suas raízes no continente africano, detalhe que nunca pode ser esquecido ou ignorado, especialmente no ambiente educacional.

Outro fator relevante nesta luta é o reconhecimento dos esforços realizados pelos países africanos, por seus acelerados processos de desenvolvimento urbano, social e econômico. Felizmente, vemos um aumento nas suas respectivas representações no Brasil, através de embaixada e consulados, na ampliação de interações empresariais e comerciais, no intercâmbio universitário e no turismo.

Os avanços para a superação de proposições racistas e preconceituosas, historicamente arraigadas na nossa sociedade, vem alçando patamares institucionais consideráveis. Há, portanto, que se aplaudir o dia 20 de novembro como um marco na construção de um país que tenha em seus princípios o fortalecimento da democracia, a liberdade, a igualdade de oportunidades e a valorização da cidadania.

*Diretor de Pósgraduação, Pesquisa e Extensão da Universidade Zumbi dos Palmares e autor do Atlas Geocultural da África.

